



MINISTÉRIO DOS DIREITOS HUMANOS
COMISSÃO NACIONAL PARA A ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO

ATA REUNIÃO CONATRAE

Data e Horário: 12 de Dezembro de 2017

Local: Secretaria de Direitos Humanos, localizada no Setor Comercial Sul - B, Quadra 9, Lote C - Edifício Parque Cidade Corporate, Torre A, 10º andar – Brasília – Distrito Federal – 70308-200

PARTICIPANTES

NOME	ÓRGÃO/INSTITUIÇÃO
Andréia Figueira Minduca	Conatrae/MDH
João Francisco Maria	Conatrae/MDH
Elenildo Nascimento	GDF
Augusta Machado	PRF
Maurício Fagundes	SIT/MTb
Sonia Meneses	IBAMA
Maria Teresa Jensen	SIT/MTb
Ana Carolina Roman	MPF
Akemi Kamimura	MDH
Vera Lúcia Jatobá	SINAIT
Cátia de Araújo	MDH
Camila Assis	MDH
Humberto Adami	CF-OAB
Izabel Teles	MPT
Tiago Muniz	MPT
Marília Ramos	Reporter Brasil

Adonia Prado	GPTEC/ UFRJ
Larissa Leston	CNI
Thales Treiger	DPU

Pauta:

1) Coordenação – CONATRAE

- a. Abertura
- b. Aprovação das Atas das Reuniões dos dias 08/08/2017, 26/09/2017 e 31/10/2017.
- c. Calendário de Reuniões da Conatrae para o ano de 2018

2) Semana Nacional de Combate ao Trabalho Escravo (SINAIT) – De 29/01/18 a 02/02/18.

3) GT Trabalho Escravo Doméstico (Coordenação)

4) Definição de Membro da Conatrae para representação no Conatrap

5) Regularização Migratória de Trabalhadores Estrangeiros Resgatados (MTE)

6) Informes:

- a. Novos membros MPT (MPT)
- b. Outros informes

1) Coordenação – CONATRAE

a. Abertura

João Francisco – abre a reunião as 10h, pedindo a apresentação de todos.

- b. Aprovação das Atas das Reuniões Ordinárias dos dias 08/08/2017, 26/09/2017 e 31/10/2017*

João Francisco – pergunta sobre a aprovação das atas.

Rodrigo – solicita correção do nome.

Larissa – questiona sobre a Nota da Conatrae, da última reunião extraordinária da Conatrae, informando que na citada nota consta uma ilegalidade, informando que consta que a Conatrae pode deliberar e que esta não pode ser uma atribuição dessa comissão. Assim, entende não que não pode haver circulação da nota, até que seja debatido e discutido o assunto.

João – esclarece que na última reunião, foi feito um informe dos pontos consensuados, foi acolhida a solicitação de que se tratava de uma nota de um subgrupo da Conatrae e o restante da nota esta alinhado com o que foi consensuado na reunião sobre a questão da dignidade da pessoa humana e o reconhecimento da Conatrae como fórum legítimo para conduzir a discussão, porém como trata-se de um ponto que não está nesta pauta informa que vai circular no e-mail a ata da reunião extraordinária e coloca à disposição de quem tiver interesse o áudio da reunião.

Larissa – reforça que quando o documento foi encaminhado, o jurídico da CNI apontou que houve um erro ao consensuar que a Conatrae pode deliberar sobre o tema.

Rodrigo – que conste em ata que a CNA acompanha a CNI, então reitera o pedido de discussão sobre o tema.

João Francisco – não tendo nenhuma sugestão, dá-se por aprovadas as Atas das Reuniões Ordinárias dos dias 08/08/2017, 26/09/2017 e 31/10/2017.

c. Calendário de Reuniões da Conatrae para o ano de 2018

João – apresenta a proposta de calendário para discussão.

Rodrigo – sugere que a reunião de maio passe para abril juntamente ao Encontro das Coetraes, respeitando assim a bimestralidade das reuniões.

Marília – esclarece que se tratam de duas reuniões diferentes, a reunião ordinária que ocorrerá junto com o Encontro das Coetraes e uma outra reunião ordinária que ocorreria em maio.

Larissa – explica que o decreto prevê reuniões bimestrais, assim, caso haja a modificação sugerida estaria de acordo com o previsto no decreto.

Marília – entende que a proposta é que se faça uma reunião a mais, considerando que o segundo semestre do ano será um pouco complicado considerando os acontecimentos do período.

João – concorda e entende assim também.

Camila – explica que a itinerante não entra no calendário da bimestralidade.

Ana Carolina – informa que no ano de 2017 ocorreu a mesma coisa, ocorreram mais de uma reunião por bimestre.

Adonia – lembra que as últimas reuniões científicas foram realizadas junto com as reuniões itinerantes e a próxima será em BH.

Tiago – concorda que a reunião itinerante seja realizada em BH, e lembra que dia 27/06 vai ter jogo da copa do mundo no Brasil.

João Francisco – realiza então a alteração das datas de reunião dos dias 26 e 27/06/2018 para 19 e 20/06/2018.

2) *Semana Nacional de Combate ao Trabalho Escravo (SINAIT)*

João Francisco – fala que uma das ideias iniciais seria reforçar as ações do SINAIT para a semana no sentido de dar mais visibilidade ao tema, tendo em vista este momento de ataque à política de trabalho escravo e potencial retrocesso, todavia fica aberto para sugestões.

Vera – informa que sempre é feita uma grande mobilização em frente ao Tribunal Federal estando este ano prevista a manifestação para o dia 24/01/2018, explica que após a manifestação é formada uma comissão para realizar uma conversa com o presidente, diz que ainda podem ter outros eventos. Coloca-se à disposição para apoiar outros eventos de outras instituições.

Tiago – pergunta sobre a disponibilidade orçamentária para a realização de um seminário por parte do Ministério dos Direitos Humanos, visto que no ano anterior foi feito um seminário para marcar um ponto de vista, entende que um seminário curto de um dia seria o suficiente. Acredita que temos que ter esse evento ao menos para chamar a atenção da mídia.

Adônia – informa que a reunião científica será na segunda quinzena de outubro.

João – entende interessante a ideia trazida pelo Tiago, porém pondera sobre as experiências anteriores com relação à dificuldade de mobilização, em razão do período do ano, por essa razão pensou em se juntar ao SINAIT na mobilização a fim de dar mais visibilidade, todavia a intenção é que todos pensem articuladamente.

Tiago – registra que o que acha importante é a mobilização, sendo o seminário uma mobilização inicial, todavia qualquer mobilização por parte da Conatrae seria válida, lembra que em algum momento o Adilson chegou a sugerir chamar pessoas resgatadas vítimas de trabalho escravo, o que não foi possível naquele momento, todavia acha interessante retomar essa ideia e dar voz a esses trabalhadores.

Ana Carolina – entende importante pensar em algum novo, chamando esses trabalhadores e tendo uma exposição de fotos, se coloca à disposição para verificar se é possível fazer no Memorial da PGR ou PRDF.

Vera – fala que tem a exposição estruturada, que já foi apresentada em diversos locais, diz ainda que tem uma cela do tempo do combate ao trabalho escravo que foi apresentada no Fórum Mundial, lembrando que ela passou uma semana no Ministério do Trabalho.

Tiago – com relação ao local sugere que seja realizado no Congresso Nacional, levando a discussão e a mobilização pra lá.

João – pondera que os parlamentares estarão em recesso.

Humberto – relata que durante a conferência nacional dos advogados foi feito um evento semelhante ao Seminário da Fazenda Brasil Verde que foi realizado na PGR. Relata que ficaram de fazer nos TRTs eventos semelhantes. Diz que vai continuar fazendo essas mobilizações junto às OABs.

Maria Teresa – ideia é fazer um seminário como parte da semana de combate ao trabalho escravo, de forma que também possa trazer um representante de cada estado que atuam no combate ao trabalho escravo. Relata que quando o SINAIT faz as manifestações na rua muitas instituições vão e outras não, então entende que seria importante que fosse realizado um seminário e neste dia tivessem muitas representações.

Sonia – relata que achou interessante a ideia do seminário. Coloca que existe o Centro Nacional de Informações-CENIMA, que pode fazer um mapa nacional para ver o percentual de registros de trabalho escravo, relata que em várias operações de fiscalização ambiental tem-se a incidência de trabalho escravo, e considera que estes dados poderiam ser utilizados estrategicamente pela Conatrae, podendo ser utilizados neste seminário de modo a sensibilizar.

Marília – pede mais explicações sobre a exposição e seminário.

Ana Carolina – caso não consigamos fazer um seminário, poderíamos fazer um evento mais simplificado de poucas horas, com a abertura da exposição e convite à mídia.

Maurício – registra que teve uma reunião com o coordenador de fiscalização do IBAMA, que dois auditores fizeram o curso de inteligência de fiscalização ambiental no IBAMA. Coloca-se à disposição para que seja realizada uma operação em conjunto. Informa que está sendo estruturado um setor de inteligência na SIT para comunicar-se com o setor de inteligência do IBAMA e assim planejar as operações fiscais com informações mais detalhadas.

Tiago – sugere uma audiência pública, junto com a exposição de fotos, convidando algumas vítimas de trabalho escravo.

Vera – registra que em janeiro terá o relançamento do Movimento Ação Integrada, sugerindo que seja incluído no calendário, coloca ainda que segundo informações repassadas se trata de um grande evento político.

Tiago – entende que o relançamento do Movimento Ação Integrada perde um pouco o caráter político, como se estivesse havendo um grande avanço na promoção de políticas públicas, sobretudo num viés preventivo. Entende que esta audiência deve ter o viés de denunciar os retrocessos que estão ocorrendo. Concluindo que lhe parece ficar um pouco antagônico querer dar um caráter político a um ato que está promovendo uma política.

Vera – esclarece que enquanto representante de sindicato, o que quis dizer é que qualquer evento que se faça neste âmbito, representa política, visto tratar-se de política sindical, primando pela formação de redes, articulação, ou seja, o trabalho com as diversas instituições. Entende que o Movimento pode se fortalecer neste ambiente adverso, sem prejuízo de que se haja a audiência pública, visto que as redes que vem sustentando que essas discussões sejam descentralizadas.

Ana Carolina – acha interessante a ideia da audiência pública, entende que seria importante definir quem vai fazer a audiência pública, visto que a depender de qual instituição faria, cada um tem o seu procedimento, por exemplo, com relação à publicação.

Tiago – acha importante que seja feita pela coordenação da Conatrae

Ana Carolina – coloca-se à disposição para que a audiência seja feita no CNMP.

João – entende que a ideia é dar visibilidade ao tema, reforçando o que temos. Entende que deveria ser algo executável que trouxesse algum impacto, considerando a questão do recesso, final de ano e dificuldade de mobilização, poderia se pensar na questão de pautar mídia, podendo ser algo pequeno, porém com alto teor simbólico que pudesse chamar a atenção da mídia para o tema. Entende como uma ótima ideia a mesa com resgatados, visto que assim pautaria o tema, sendo ainda mais fácil de executar, considerando os procedimentos para a realização de uma audiência. Então a sua sugestão seria de integrar o evento da Conatrae integrado com a semana do SINAIT, no intuito de reforçar e dar mais visibilidade. Podendo haver uma exposição de fotos. Sugere criar um GT para a organização.

Marília – acha importante focar na voz dos resgatados, a fim de que possa ter uma boa repercussão.

Maria Tereza – entende que não precisa ter um evento tão elaborado. Lembra-se da exposição realizada no Ministério do Trabalho que deu grande repercussão.

Humberto – lembra que o último evento foi na PGR, e se recorda que a Procuradora falou de outras reuniões realizadas ali, então entende que as coisas estão acontecendo sempre naquele espaço, considera que é necessário ganhar a grande massa, não achando importante ficar circunscrito àquele espaço.

Tiago – concorda com a fala do Humberto, entende que tem que dar corpo à Conatrae, visto que uma vez que desloca o local de realização para o MPF ou MPT, acaba voltando às atenções para essas duas instituições. Acha interessante que se faça uma audiência conjunta do MPF e MPT, na PGR. E esse evento com a uma mesa com resgatados seria feito pelo colegiado da Conatrae.

João – entende que deve formar um grupo para operacionalizar, pensando numa mesa com debate com resgatados, abrindo a exposição de fotos e em paralelo a realização de uma audiência do MPT e MPF. Formar um grupo para tentar pensar o evento da semana nacional.

Maria Tereza – entende que não podemos perder o foco de que se trata de um movimento para não deixar esquecer a morte dos fiscais que foram mortos na chacina de Unai.

Vera – pede que guarde o dia 24 para fazer a mobilização junto com o SINAIT.

João – pede para formar o grupo para o evento da semana de janeiro: MDH, MT, SINAIT, DEFENSORIA PÚBLICA, OAB.

Humberto – diz que acha importante trazer os advogados, porque tem advogados que defendem os trabalhadores.

Akemi – acha importante articular com a sentença da corte, trazendo trabalhadores da sentença.

Ana Carolina – diz que tem trabalhadores sendo ouvidos no MPF, e se propõe a verificar quais foram os depoimentos mais significativos para indicação de trabalhadores.

3) GT Trabalho Escravo Doméstico (Coordenação)

João – contextualiza sobre a discussão do GT. Fala que tem três grandes desafios: qualificar o que é o trabalho escravo no âmbito doméstico, com relação a jurisprudência no que se refere à fiscalização tendo em vista a inviolabilidade do domicílio, integrar a assistência social para o

pós resgate. Abre um debate no âmbito da Conatrae sobre o conceito e sobre a jurisprudência que crie um suporte jurídico para fiscalização e fala sobre a oficina que foi marcada no dia 27/02/2017, para ter um diagnóstico sobre a situação, para que eventualmente fosse fazer ação escolher alguns estados pilotos. Está buscando dados junto ao MDS e marcando uma reunião com a FENATRAD.

Tiago – traz uma problematização com relação à análise conceitual do trabalho escravo, o que lhe causa preocupação. Entende que o objetivo talvez seria o de verificar como empiricamente, se manifesta cada um dos elementos no âmbito doméstico, por exemplo, como a jornada exaustiva, condições degradantes, restrição de liberdade se manifestam em âmbito doméstico. Ressalta que o conceito sempre será o mesmo para qualquer atividade econômica.

João – diz que a preocupação é definir como se operacionaliza esse conceito no âmbito doméstico, a ideia não é entrar num debate conceitual, mas qual a especificidade disso em âmbito doméstico.

Tiago – pede cautela ao exemplificar o que é jornada exaustiva e condições degradantes, visto que é muito difícil se definir isso para qualquer atividade, então entende que deve se ter cautela caso eventualmente venham a listar ou exemplificar esses termos, visto que isso pode dificultar o trabalho dos órgãos públicos fiscalizadores.

Marília – pergunta se o GT tá analisando a questão do disque 100, se há denúncias sobre isso, fala que o *Escravo Nem Pensar* está atuando junto com a assistência social e diz que estão com bastante contato com o pessoal do MDS, que tem vários dados, podendo repassar este contato.

Maurício – com relação ao resgate no Vale do Jequitinhonha lembra que o CRAS teve auxílio fundamento, lembra que nesta mesma cidade o CRAS informou que tinha um caso tão grave quanto, mas que iriam verificar para poder passar a informação, porém acabou não passando, então vê que a assistência social por vezes tem a informação, mas não repassa, o que deve ser enfrentado. Com relação aos dados não consegue vislumbrar a possibilidade de conseguir estes dados. Com relação ao ingresso na moradia lembra que teve situação em que auditores adentraram ao local com consentimento e ainda assim estão respondendo judicialmente por terem adentrado naquele local. Vê diante disso que se trata de uma situação muito sensível.

Larissa – reflete sua preocupação em qualificar o conceito no âmbito doméstico, e concorda com o Tiago no sentido de que é muito difícil se definir o que são condições degradantes, assim acredita que em algum ponto isso pode amarrar a fiscalização, podendo criar um entrave. Lembra que a Contar colocou a plataforma do disque denúncia à disposição, sendo possível aproveitar um que está pronto.

João Francisco – Esclarece que o intuito não é definir, mas sim como utilizar o conceito no âmbito do trabalho escravo, tendo identificar qual a diferença de um conjunto de violações trabalhistas no âmbito doméstico para exploração de trabalho escravo.

Maria Tereza – em relação ao trabalho doméstico entende que a parte mais importante a pensar é com relação ao desdobramento depois da ação fiscal, quando ela é questionada. Entende que todo conceito é abstrato visto que pode abranger uma variedade de situações que podem se revelar, mas o auto de infração não é subjetivo, uma vez que é obrigação do auditor fiscal trazer fotos e descrever objetivamente as infrações, então se o conceito é

subjetivo, o auto de infração não é e a acusação também não é. Assim quando se chama uma empresa para uma defesa, ela sabe quais infrações está respondendo. Entende que se os autos não fossem objetivados provavelmente não subsistiria, visto que há um controle de legalidade. Relata que lhe incomoda a questão de se ter a objetividade do conceito, entende que tem que ser aberto, porque cada ação é uma situação, lembra que tem a Instrução Normativa que cria indicadores, mas que não pode engessar o conceito, servindo de balizamento para o auditor.

Tiago – esclarece que no momento em que disse que o GT não pode objetivar, não quis dizer que o conceito é de todo subjetivo, o que existe é uma expressão aberta passível de interpretação jurídica como toda e qualquer norma jurídica. Assim, o que quis dizer é que o GT não pode fazer o que a lei não fez, ou seja, delimitar e engessar o conceito. Todavia entende que é possível extrair quais são as ilegalidades mais graves e que caracterizam condições degradantes e jornada exaustiva para que possa servir de paradigma.

João – fala que vai ser proposta uma nova data para essa oficina, que mandem como sugestão de tudo o que possa auxiliar com relação ao banco de dados, fecha dizendo que a ideia é construir uma estratégia para coleta de dados.

4) Definição de Membro da Conatrae para representação no Conatrap

João Francisco – informa que o Cadu havia falado sobre a indicação da sociedade civil para o Conatrap, relata que os mandatos se encerrarão em 30 de janeiro de 2018, assim acha válido indicar alguém da sociedade civil, todavia, uma vez que o Cadu que seria o responsável por esse ponto não pode vir, sugere que se adie para a próxima reunião esta pauta.

Andréia Minduca – entende não ser interessante passar para a próxima reunião, visto que terá uma reunião do Conatrap nos dias 17 e 18 de janeiro em que será definida uma subcomissão de eleição e considerando que o mandato será até 30 de janeiro seria importante já se ter um nome para indicar, visto que a próxima reunião da Conatrae será em fevereiro.

João Francisco – entende que o processo para substituição é mais complicado, entende que seria mais prático deixar essa indicação para fevereiro.

Andréia Minduca – esclarece que até 30 de janeiro pode-se indicar uma pessoa desde que seja do governo, depois de 30 de janeiro poderia indicar alguém da sociedade civil ou governo.

João Francisco – lembra que para se fazer essa mudança teria que ter uma indicação pelo próprio Ministro. Acha que seria mais simples fazer a indicação depois.

Marília – pergunta sobre a pauta do dia 17/01.

João Francisco – responde que é a formação de uma subcomissão de eleição e regimento interno. Adia o ponto de pauta para a próxima reunião ordinária.

Regularização Migratória de Trabalhadores Estrangeiros Resgatados

Maurício – fala que foi uma demanda que veio da equipe de São Paulo, sobre a regularização dos migrantes resgatados principalmente nas cadeias têxtil. O que foi relatado é que está completamente parada a questão da regularidade da identidade do estrangeiro, diz que no caso dos bolivianos tem se concedido a permanência no país pela resolução do CNIG, o que tem ocorrido de forma célere na DETRAE. Explica que a partir do resgate a DETRAE informa ao

Ministério da Justiça e no máximo em 2 semanas já está no Diário Oficial da União a concessão da autorização de permanência, porém tendo em vista a situação deles é temeroso deixar que fiquem com o dinheiro da rescisão em espécie; assim é importante que se tenha uma conta para que não fique com o dinheiro em espécie, porém para abertura de conta é necessário que se faça previamente um outro procedimento que é de responsabilidade da Polícia Federal, que é de emissão da RNE (registro nacional do estrangeiro), que está totalmente parado em São Paulo. Relata que a COMTRAE manifestou também em sua reunião que após a entrada em vigor da Lei de Migração o Estado do Paraná continuou com o mesmo procedimento da identidade do estrangeiro e em SP paralisou, assim estão tendo dificuldade para criação da conta desses trabalhadores. Relata ainda que a justificativa da Polícia Federal é que estão aguardando um normativo interno, mas até agora não solucionaram a questão. Então traz para o colegiado para que de alguma forma possa estabelecer um diálogo para tentar resolver essa questão. Fala que para, além disso, é necessário que esse trabalhador resgatado não entre numa fila comum para emissão do RNE.

Renato – relata que já são duas operações em que envolve trabalhadores estrangeiros que não foram documentados e que precisam ser documentados com celeridade. Diz que a informação que chegou é que diante da publicação da nova normativa que entrou em vigor com relação à migração a PF entendeu que deveria editar um normativo interno para regulamentar a burocracia interna. Diz que na ótica da fiscalização o que regulamenta a questão é a lei anti tráfico e não exatamente a lei migratória. Relata que os prejuízos são notórios, são cerca de 20 a 30 trabalhadores que não conseguiram o registro, o que pode implicar inclusive em prejuízo para o seguro desemprego e atrapalha a própria fiscalização que tem que fazer o acompanhamento destes trabalhadores até que todo o procedimento seja concluído.

Marília – reforça o que o MT está trazendo com relação ao recebimento do valor em espécie, diz que recebeu relatos de trabalhadores que se tornam alvo de extorsão por parte de autoridades e do próprio empregador. Relata que a PF não está nem abrindo agendamento, o que é muito preocupante, que está submetendo trabalhadores a situação de risco.

Thales – lembra sobre dois casos de homicídio, um chinês no rio e um boliviano que estavam com grande quantidade de dinheiro. Fala que parece que o CNIG está com dificuldade de fazer a regularização migratória. Busca entende que temos que intervir com relação à regulamentação da lei porque está prejudicando a vida do trabalhador.

Larissa – diz que pode ser que a curto prazo talvez seja possível resolver o problema, podendo tirar só o CPF, visto que o processo é mais simples.

Tiago – entende que deveria ter um debate mais ampliado sobre isso, não está visualizando qual seria o papel efetivamente da Conatrae. Se tem uma proposta de encaminhamento visto que demanda de uma solução rápida.

Marília – fala sobre a dificuldade em criar conta, visto que nem todas as agências aceitam criar conta só com o CPF.

João – pergunta se o MT tem alguma sugestão de encaminhamento.

Mauricio – acha que a Conatrae pode oficiar a PF para tenha uma sensibilidade com relação ao tema e ao procedimento.

Tiago – sugere que a Conatrae encaminhe o ofício para DPF pedindo a regulamentação,

Ana Carolina – entende que seja suscitado o trabalho da PRDC/MPF em SP para que tenha uma intervenção

Augusta – acha que é nível federal, mas que deveria falar com todos, visto que abrir fiscalização possivelmente teríamos o mesmo problema.

João – contrata oficial para encaminhar os ofícios à DPF. Maurício vai minutar.

Fecha o calendário das reuniões.

5) Informes

a) **Tiago** – MPT informa sobre a sua saída e agradece a todos pelo apoio.

Marília – disse que tinha falado sobre a utilização do CAD único para localizar os trabalhadores do Caso Fazenda Brasil Verde, pergunta se já foi iniciada uma discussão com o MDS.

João – informa que ainda não teve a reunião com o MDS, mas está marcada.

Akemi – agradece a todos, fala sobre o trabalho da Conatrae e fecha a reunião as 12h30.

ENCAMINHAMENTOS

Em 12 de dezembro de 2017, na Reunião Ordinária da CONATRAE, realizada na sala de reunião Plenária do Ministério dos Direitos Humanos, foram feitas as seguintes deliberações:

- 7) Aprovadas as atas dos dias 08/08/2017; 26/09/2017 e 31/10/2017;
- 8) Aprovação do calendário das reuniões Ordinárias e Extraordinárias do ano de 2018;

CALENDÁRIO 2018 REUNIÕES DA CONATRAE

Atividade	Data
Reunião Ordinária	27/02/2018
Reunião Extraordinária	28/02/2018
Reunião Ordinária (em conjunto com o V Encontro Nac. das Coetraes)	11/04/2018
Reunião Ordinária	08/05/2018
Reunião Extraordinária	09/05/2018
Reunião Ordinária	19/06/2018
Reunião Extraordinária	20/06/2018
Reunião Ordinária	28/08/2018
Reunião Ordinária (em conjunto com o Encontro Científico em BH/MG)	22/10/2018

- 9) Com relação à Semana Nacional de Combate ao Trabalho Escravo, ficou encaminhado a criação de um GT para organização de um evento que contará com uma exposição do SINAIT em conjunto com uma mesa que terá a participação de trabalhadores resgatados. O GT será composto por representantes dos seguintes órgãos/instituições: MDH, MTb, MPF, DPU, OAB e SINAIT.
- 10) Com relação ao tema “Trabalho Escravo Doméstico” foi informado que teremos uma oficina, a qual teve a data marcada para o dia 08/03/2017;
- 11) A definição de membro da Conatrae para representação no Conatrap passou para a pauta da próxima reunião, tendo em vista que o mandato dos representantes atuais se encerra somente em 30/01/2018;
- 12) Com referência ao item de pauta “Regularização Migratória de Trabalhadores Estrangeiros Resgatados”, em que atualmente no estado de São Paulo está havendo dificuldades com relação à emissão da RNE, por parte da Polícia Federal, inviabilizando assim a criação de conta bancária para depósito das verbas trabalhistas aos trabalhadores resgatados, o que implica submeter o trabalhador à situação de risco; foi deliberado que a Coordenação Geral de Combate ao Trabalho Escravo (CGCTE) irá encaminhar ofício à DPF, com a intenção de sensibilizá-los quanto à situação, o Sr. Maurício do MTb irá minutar os termos do ofício para posterior encaminhamento pela CGCTE.